

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

moisesm@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de
Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

PREFÁCIO. A POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA COMO FLUXO: DA TECNOLOGIA AO MERCADO

O Ocidente foi construído pela tradição greco-latina e pela narrativa cristã, em ambos os casos um logos que sendo palavra também é razão. O logos tornou-se, com efeito, o símbolo maior da nossa cultura e orientou-nos para a unidade e a harmonia, para uma identidade que se reconhece na inteireza indivisa do indivíduo. A palavra tem luz própria, como as estrelas, e aquece-nos, porque pode figurar a promessa, garantindo o futuro (Martins, 2011).

Na interseção entre palavra, promessa e política, não resisto a convocar Bragança de Miranda (1997), que, a páginas tantas, descreve a política como “a ação livre de muitos e desejavelmente de todos” (p. 13), pela necessidade de se demarcar da *Realpolitik*, uma política que vive a assombração permanente de uma razão pragmática (Martins, 2017). E lembra a propósito o *Ricardo III* de Shakespeare, onde, no estado de urgência (no caso era a guerra), toda a estática dos atributos e das qualidades era abolida, passando os combatentes a ser todos iguais. Os *happy few* de então eram os companheiros de luta. Os *happy few* de agora são os que governam o egoísmo dos atributos, dos médicos contra os odontologistas brasileiros, dos magistrados contra os professores universitários, dos nortenhos contra os sulistas, dos portistas contra os benfiquistas, dos portugueses contra os africanos e os imigrantes do Leste, dos católicos contra os da Igreja Universal do Reino de Deus, dos regionalistas contra os antirregionalistas, dos defensores do confinamento contra os paladinos do anticonfinamento

(Martins, 2011). A guerra, que, para Shakespeare, era o melhor sinal do estado de urgência, passa a guerra da distribuição... do orçamento. A nova forma de guerra é, de facto, cada vez mais caso de polícia, uma vez que a nossa situação de urgência tende a esgotar-se em conflitos entre egoísmos de interesses; exatamente nisso, em egoísmos de interesses, ou seja, em distribuição do orçamento (Martins, 2011). A palavra e a promessa políticas estão, assim, sujeitas ao orçamento. E, nestas circunstâncias, não admira que a política se confunda com a “arte” de governar, ou, por outras palavras, com a arte de poucos suscitarem permanentemente o “mistério da obediência” de muitos, como fala La Boétie.

Ora, como toda a política tem um lado de promessa, porque se funda na palavra, a política cultural não foge à regra. Não obstante a política cultural de hoje não ser a dos egípcios, com traços geométricos, nem a dos gregos, a política da retórica platónica no púlpito da *polis*, nem tampouco a dos banquetes romanos, onde se derramavam pão e vinho, em abundância, misturados com abraços calorosos, de fervor colonizador.

Deu-se, entretanto, uma alteração da ordem civilizacional, com a irrupção de uma era tecnológica, marcada pelas tecnologias da comunicação e da informação, que veio alterar radicalmente a cultura, e consequentemente a política. Um “congelamento dissimulado” de corpos, para retomar uma conhecida fórmula de Guy Debord (1967/1992, p. 200), testemunha de uma época ainda sem internet, mas a que não passava despercebida a hibridez de um tempo que misturava numa amálgama a energia das máquinas e as emoções dos seres humanos (Martins, 2011). Sensações, emoções e paixões exprimem, de ora em diante, a agitação de um corpo cultural que vive eufórico uma excitação efervescente, e que mesmo diante de um “enfraquecimento do corpo” individual revela as extensões emotivas que se jogam na rede. Esta hibridez de humano e inumano, que a experiência tecnológica das redes permitiu, coloca-nos, de um modo radical, culturalmente cada vez mais fora da possibilidade tátil, ainda que o humano não possa existir fora do regime sensível (Martins, 2011). Digamos que a cultura, bem como a política que lhe está associada, estão hoje numa permanente “circum-navegação tecnológica” (Martins, 2010, 2012), capaz de sugar a alma, individual e coletiva, para o seu interior.

Stéphane Hugon (2007), investigador do Centre d’Etudes sur l’Actuel et le Quotidien, numa tese de doutoramento defendida em 2007, na Sorbonne, propunha precisamente esta metáfora da “circum-navegação” para caracterizar a experiência contemporânea, fundamentalmente tecnológica pelo facto de a definição do humano, para retomar o célebre texto de

Heidegger (2002) sobre a técnica, ocorrer no confronto com a tecnologia informática. Ao perder a sua referência exclusivamente antropológica, a técnica não se limitaria a prolongar o braço humano. Pelo contrário, a técnica atravessaria o humano, investindo-o, produzindo também o braço e ameaçando produzir o indivíduo por inteiro, em todas as suas variantes (Martins, 2011). E, como bem se entende, a política e a cultura não ficam de fora neste processo.

Esta dinâmica tem acentuado a ideia de crise do humano e de crise da cultura, em todas as suas dimensões, à medida que a técnica se afasta da ideia instrumental, de simples construção humana, para causa do próprio ser humano, ou seja, à medida em que passamos a falar de vida artificial, de fertilização *in vitro*, de barrigas de aluguer, de clonagem, replicantes e *cyborgs*, de adeus ao corpo e à carne, de pós-orgânico e de trans-humano (Martins, 2011). Do que se trata, nesta situação, é sempre de uma nova figuração do humano e de uma nova figuração da cultura. Esta nova realidade impõe-se, também, à medida que se desenvolve a interação humana através do computador, onde os chats da internet, os jogos eletrônicos, e as redes sócio-técnicas instabilizam as tradicionais figuras de família e comunidade, para em permanência as reconfigurar. Acima de tudo, o que tem tornado problemático o humano é a completa imersão da técnica na história e nos corpos. E são as biotecnologias e a engenharia genética, além do desenvolvimento da cultura ciberespacial, as expressões maiores desta imersão (Martins, 2011).

Dizia Heródoto (como citado em Plantin, 1996), que, para resolver as crises culturais, os gregos tinham criado a arte da palavra (a retórica). No entanto, teriam sido os egípcios, ao inventarem a geometria, a criar o remédio para as catástrofes naturais (Martins, 2011). Ora, aconteceu no último século uma inversão radical deste ponto de vista. O que se pede hoje à tecnologia, que nos dá ambientes de produção numérica (informática), é que nos resolva a crise da cultura. E até da política. Eu digo crise, divergindo de Michel Maffesoli (2010), que não vê na cultura, e menos ainda na cultura digital, crise nenhuma. A haver crise, tratar-se-ia, para Maffesoli (2010), apenas de uma “crise interior”. No meu entender, todavia, as tecnologias da informação e da comunicação não deixam de exprimir uma profunda crise, a crise da experiência contemporânea, que consiste num quotidiano acentrado, sem fundamento, um quotidiano que vive das emoções, e não sobretudo das ideias, um quotidiano que vive na velocidade, de um tempo acelerado e de mobilização total ou infinita, para uma competição e um ranking qualquer (Martins, 2015). Mobilizando-nos em permanência para

o presente, os ecrãs colocam-nos em estado de “possessão ocular”, como diz João Mário Grilo (2006, p. 14), numa convocação de Benjamin.

Neste sentido, entendo a crise da cultura precisamente neste movimento de translação da cultura ocidental, da palavra para o número, do logotipo para o ícone, da ideia para a emoção, do uno para o múltiplo (Martins, 2011).

Assim, entendo a figura do fluxo como aquela que constitui a melhor chave de compreensão deste movimento de translação da cultura ocidental. O fluxo é uma metáfora da vida, tendendo ambos, fluxo e vida, a desenvolver-se na tensão entre equilíbrio e desequilíbrio. Os fluxos fazem corrente e as correntes vivem da duração. Não são traços ou linhas que substancializem e reifiquem o movimento, ou que fixem e rigidifiquem a vida. As vivências e as experiências são fases da corrente que é a duração de uma vida (Martins, 2011).

A figura do fluxo convive bem com a figura do som. Daqui a música e a festa na sua forte presença política e cultural, bem como os sons estridentes das tradições que se tentam repescar. O som também é fluxo, ou seja, não tem centro e participa do ser ilimitado para que remete a intransitividade dos verbos fluir e ressoar. Viver sob o signo do fluxo, seja este luz, som ou sensibilidade, significa viver segundo o paradigma do tempo e da audição, e não do espaço, nem da visão. O paradigma acústico, auditivo, é o paradigma do tempo, com sons, ressonâncias, durações, vibrações, ritmos, cadências, modulações. O paradigma visual é o paradigma das substâncias, das coisas e dos estados de coisa, afinal o paradigma do espaço e do território. Para falarmos como McLuhan (1964/2008), o paradigma visual projeta um espaço euclidiano: um espaço enclausurado, controlado, linear e estático, abstraído do mundo que o rodeia (Martins, 2011).

Perniola (1994/2004) chama ao nosso tempo a versão egípcia da cultura, na medida em que nela se afirma no humano uma atenção ao inorgânico. A figura da “individuação técnica”, proposta por Simondon, Deleuze, Latour e Stiegler, entre outros, resume, com efeito, esta ideia de o mundo mineral poder ser alimentado pela excitação de uma inversão. Através dessa inversão, os seres humanos são percebidos como coisas e as coisas, por sua vez, são vistas como seres vivos (Deleuze & Guattari, 1972). Sabemo-lo desde Hegel, os egípcios foram na antiguidade o povo que mais reificou o humano, e que, ao mesmo tempo, mais sensibilidade atribuiu às coisas. A figura da individuação também se estende àquilo a que Deleuze e Guattari (1980) chamam “agenciamento” e Foucault (1994) “dispositivo”. Um agenciamento remete para as ligações humanas, produ-las e produz-nos

através delas. Um agenciamento técnico, por exemplo o agenciamento homem-computador, passa pelos corpos, pelos objetos e pelos enunciados, tal um fluxo de luz, som e sensibilidade, e produ-los como seres híbridos.

Mas o presente é também marcado pela deslocação do paradigma industrial para o paradigma informacional, sendo a informação composta de fluxo (como referimos, de som, luz e sensibilidade). Com efeito, o paradigma industrial é narrativa, discurso, monumento e instituição, ou seja, sintetizando, coisa e estado de coisa. Em contrapartida, o paradigma informacional é fluxo, modulação, disjunção, relação em tempo real. O paradigma do fluxo consiste na vivência, na informação, no movimento e no processo, e articula-se com o paradigma da audição, que é som, ressonância, vibração, modulação, ritmo, cadência, relação, tensão, duração e memória (Martins, 2011).

As tecnologias da comunicação e da informação, ao mobilizarem a época, aceleraram o tempo histórico e criaram o mercado global (Sloterdijk, 2000). Esta criação significa, todavia, a crise permanente do ser humano, a qual é alçada a categoria dominante da cultura contemporânea. As tecnologias ligam globalmente os indivíduos em tempo real, criando neles o cérebro de que elas precisam, o de indivíduos empregáveis, competitivos e performantes no mercado, mas desarticulam-nos ao mesmo tempo como cidadãos, impondo-lhes um destino de ora em diante fragmentário, caótico e nômade. Por sua vez, as biotecnologias, fundindo o orgânico e o inorgânico, autotelizam a técnica e sonham uma nova criação, uma criação de híbridos, que correspondem a uma superação da própria vida humana, uma vida imaginariamente enriquecida e melhorada biotecnologicamente (Martins, 2007).

Os governos, cada vez mais proprietários da política na sua versão formalista e tecnocrática, veem no fluxo técnico a resposta ideal para a transformação da cultura, tentando assim tirar o máximo partido do seu carácter utilitário, competitivo e performante, que os mercados desejam. E os municípios, extensões em miniatura das formas de governo central, tornaram-se por seu turno agências de fluxos, com o mesmo sentido. Pretendem obter um resultado maximizado pelo mercado, pelo marketing, pelo sucesso da festa ou do evento. No meio, está um sujeito condicionado por forças que o empurram, fluxo abaixo ou fluxo acima, tonto, desorientado, à procura de um carril que o estabilize.

O emaranhado de documentos e de políticas, analisados neste livro, permite-nos identificar um conjunto de forças, que atuam sobre os sujeitos e que orientam as práticas culturais. Referimo-nos ao fluxo, à mobilização,

à “circum-navegação tecnológica” e à performance, individual e global, tendo sempre na linha do horizonte um entendimento mercantil da cultura. No meio deste verdadeiro colete de forças debatem-se os atores culturais, a tentar afirmar as várias tradições e expressões culturais, das artes aos ofícios, das memórias às práticas, das expressões mais especificamente corporais às dimensões mais tecnologicamente imersivas. Mas não nos enganemos. Tal como refere Pedro Rodrigues Costa neste livro, a intenção dos programas de governo, particularmente do governo português, mas também dos governos europeus, é a de estabelecer uma relação entre a cultura e a economia, tendo como ponto de partida um conjunto específico de políticas culturais, que permita estabelecer uma relação entre atividades culturais e produção de valor acrescentado. Com efeito, a mobilização infinita para o mercado (Martins, 2010), acelerada pelas novas tecnologias da informação, coloca a tónica no verbo “promover” — uma das palavras mais repetidas nos programas políticos —, demonstrando, deste modo, a existência de uma visceral associação da cultura à “venda” e da produção de “valor acrescentado” nos mercados.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

REFERÊNCIAS

- Debord, G. (1992). *La société du spectacle*. Gallimard. (Trabalho original publicado em 1967)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1972). *L'anti-œdipe*. Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux*. Editions de Minuit.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits: 1954-1988* (Vol. III: 1976–1979). Gallimard.
- Grilo, J. M. (2006). *O homem imaginado: Cinema, ação, pensamento*. Livros Horizonte.
- Heidegger, M. (2002). *Ensaio e conferências*. Editora Vozes.

- Hugon, S. (2007). *Circumnavigations, la construction sociale de l'identité en ligne* [Tese de doutoramento, Université Paris Descartes].
- Maffesoli, M. (2010). Vous avez dit crise? *Michel Maffesoli*. <http://www.michelmaffesoli.org/articles/vous-avez-dit-crise>
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5–7. [https://doi.org/10.17231/comsoc.12\(2007\).1092](https://doi.org/10.17231/comsoc.12(2007).1092)
- Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos media: Situando o local no global*. Edições Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura: Das estrelas para os ecrãs*. Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2012). Média digitais: Híbridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49–60. <https://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. L. (2015). Os média na contemporaneidade: Da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & M. I. Lopes (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas de poder* (pp. 19–44). USP; USC; AssIBERCOM; AGACOM. <http://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. L. (2017). *A linguagem, a verdade e o poder: Ensaio de semiótica social* (2ª ed.). Húmus.
- McLuhan, M. (2008). *Compreender os meios de comunicação* (J. M. Silva, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1964)
- Miranda, J. B. (1997). *Política e modernidade: Linguagem e violência na cultura contemporânea*. Colibri.
- Perniola, M. (2004). *O sex appeal do inorgânico* (C. David, Trad.). Ariadne. (Trabalho original publicado em 1994)
- Plantin, C. (1996). *L'argumentation*. Seuil.
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinite*. Christian Bourgois.

Citação:

Martins, M. L. (2021). Prefácio. A política cultural contemporânea como fluxo: Da tecnologia ao mercado. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 5–11). CECS.